



Apresentação do Dossiê

“Políticas de formação de professores no Brasil e Europa na contemporaneidade: desafios, influências e perspectivas”

Maria Célia Borges¹

Universidade Federal de Uberlândia

Teresa Sarmento²

Universidade do Minho

Fernando Ilídio da Silva Ferreira³

Universidade do Minho

A partir de uma experiência de internacionalização na troca de conhecimentos por meio de vivências como professora visitante na Universidade do Minho/Portugal, seguida do recebimento do professor visitante de Portugal na Universidade de Uberlândia (UFU), Brasil, ambos no ano de 2024, nasceu a ideia da construção deste dossiê como mais uma estratégia de registrar, de forma sistematizada, os debates sobre o tema da formação de professores para além das nossas fronteiras.

Entendemos que o tema formação de professores, tanto inicial quanto continuada, tem ocupado lugar de relevância nos debates políticos, curriculares e acadêmicos, em diversos países, globalmente. Neste dossiê trazemos conhecimentos e experiências de várias localidades do Brasil, de Portugal, de Angola e da Finlândia. Um debate frutífero, portanto, entre três continentes: a América, a Europa e a África.

Consideramos que o contexto global está voltado para a orientação neoliberal, os complexos contextos sociais, o avanço da tecnologia, os resultados de inúmeras pesquisas, as desigualdades sociais e dificuldades econômicas, as limitações das instituições no oferecimento de cursos de formação, dentre outros aspectos que desafiam a construção e a implementação de políticas públicas de formação docente efetivamente comprometidas com uma educação emancipatória.

¹Doutora em Educação; professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-Minas Gerais-Brasil. E-mail: marcelbor@gmail.com e mariacelia@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5826866488560826>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5445-023X>.

²Doutorado em Estudos da criança pela Universidade do Minho (UMinho) Braga, Portugal. E-mail: tsarmento@ie.uminho.pt; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8057703107235668>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2371-399X>.

³Doutor em Estudos da Criança. Universidade do Minho (UMinho), Portugal. E-mail: filidio@ie.uminho.pt; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8548022934019416>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8608-6700>.



O paradigma neoliberal trouxe uma sucessão de mudanças na sociedade e nas políticas públicas ao impelir o livre mercado com ênfase mercantil e concorrencial e, assim, ao transfigurar os direitos em serviços, os indivíduos em vendedores de si mesmos, os empreendedores de si, com modificações nas relações trabalhistas e diminuição da proteção social nos diversos países. Ele também interfere no campo educacional, impondo a ideia de uma sociedade baseada em um “livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência” (Freitas, 2018, p. 31). Nesse preceito, a educação reduz-se a um serviço e a escola a uma empresa, incentivando os processos de privatização dos serviços relativos à educação pública. Porquanto, depreendemos que o neoliberalismo influencia e interfere na concepção e prática educacional e, dentro desta, a formação inicial e continuada dos professores que atuam na educação básica.

No Brasil o contexto atual é de tenso debate quanto às novas diretrizes curriculares de formação de professores, em uma relação de força entre decisões centralizadas no âmbito do Conselho Nacional de Educação e docentes, pesquisadores e associações da área, que têm defendido uma concepção de formação efetivamente construída de forma participativa e democrática.

A formação de professores, necessária para a profissionalização docente, agrupa a formação inicial, continuada e permanente, que vai do início ao final da carreira. O professor, aquele que lida com o conhecimento, e que “ensina”, necessita de atualização contínua devido à evolução dos saberes e das ciências. Vale relembrar o que a Resolução 2, de 2015, a qual foi revogada pela Resolução 4 de 2024, trazia sobre a formação de professores.

[...] a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo (Brasil, 2015, p. 9).

Diante da importância dessa profissão, que forma todas as demais profissões, os países que valorizam a educação, o conhecimento autêntico e atualizado como mediação para a evolução e o progresso humano, cultural, social e econômico, darão prioridade a políticas de formação de professores da melhor qualidade possível, com investimentos plausíveis que lhes possibilite a concretização dessas políticas.

Por outro lado, na Europa e em Portugal, de modo particular, após o Tratado de Bolonha (Bologna-Itália, 1999) — cujo objetivo é fortalecer e fomentar a educação superior na



Europa, visando garantir a liberdade competitiva e a abertura do ensino superior, facilitando o translado de estudantes, professores e pesquisadores —, as orientações para os cursos de formação de professores sofreram modificações substanciais. O processo de Bolonha trouxe nova estrutura curricular para as licenciaturas, na busca de melhor formar professores que atendam a uma educação mais competitiva e de melhor qualidade, expressa também nas avaliações externas, o que coaduna com os princípios neoliberais. Diante disso, o dossiê temático em pauta tem como principal objetivo reunir trabalhos que refletem sobre as políticas de formação de professores nos contextos do Brasil, de Portugal e demais países da Europa. Nessa perspectiva, busca oferecer aos leitores uma visão macro e comparativa sobre as políticas e as legislações que orientam as práticas de formação nos países aqui colocados como contextos de estudo, vislumbrando semelhanças e diferenças nas orientações e experiências de formação para a docência. Almeja-se, nesse propósito, trocar experiências e enriquecer as discussões sobre as políticas públicas de formação de professores entre as nações envolvidas.

Na África vemos, por um lado, muitas diferenças políticas, pobreza, carência de investimentos na formação de professores; mas, por outro lado, parcerias e projetos interessantes, com internacionalização e apoio de outros países e, sobretudo, há a necessidade de empreender ações concretas para a superação das crises existentes. Ademais, devemos ficar atentos aos interesses que envolvem tais parcerias. Na verdade, todos temos projetos, avanços, retrocessos e muitos objetivos e metas que anunciam a exigência de muitos esforços para que sejam construídos e alcançados.

Os textos, resultados de pesquisa que aqui socializamos, revelam ricos conhecimentos e experiências investigativas exitosas, tanto nacionais como internacionais. Seguimos apresentando um breve resumo dos artigos.

A entrevista intitulada “As políticas de formação de professores no Brasil e na Europa – desafios e possibilidades” foi realizada com o Prof. José Matias Alves, que é Professor Associado na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, Diretor Adjunto da Faculdade de Educação e Psicologia, Coordenador do Doutoramento em Ciências da Educação e membro integrado do Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano (CEDH-UCP). Na oportunidade, o renomado educador trouxe sua visão abrangente sobre o tema da entrevista, contribuindo com a qualidade do presente dossiê. Vale a pena conferir!

O primeiro artigo intitulado “Formação inicial de professores no Brasil, em Portugal e na Europa (2014-2024): o avanço da privatização a pretexto da escassez de docentes” tem a autoria de Fernando Ilídio da Silva Ferreira (UMinho), Maria Célia Borges (UFU), Teresa Sarmento (UMinho) e Leonice Matilde Richter (UFU). Discutiu-se as mudanças induzidas pelo neoliberalismo com foco na privatização



da educação pública e analisou-se as políticas de formação inicial de professores no Brasil, em Portugal e na Europa, considerando-se os principais marcos legais das duas últimas décadas, abrangendo o denominado Processo de Bolonha. A defesa é de que elas se inscrevem numa agenda global conduzida por organizações supranacionais como a OCDE e a União Europeia, incluindo filantrópicas e redes globais, como a Teach For All; e assiste-se a um apressuramento da agenda de privatização, aproveitando a crescente indeterminação de fronteiras entre os setores público e privado; e que o problema emergente da escassez de professores está a ser utilizado como pretexto para a expansão e consolidação daquela rede e do seu programa de formação acelerada iniciado nos anos 1980/90 e apresentado hoje como “Programa de Desenvolvimento de Liderança”.

As autoras Maria das Graças Chagas de Arruda Nascimento, (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Maria Assunção Flores (Universidade do Minho) trouxeram o artigo denominado “Formação contínua de professores: marcos legais e perspectivas no Brasil e em Portugal”. Elas discutem as políticas de formação continuada e as perspectivas que as guiam nos âmbitos da rede municipal do Rio de Janeiro, Brasil e na rede do município Z, em Portugal. Dialogando com autores como Flores (2000, 2018, 2021; Flores & Day, 2006) e Nascimento *et al.* (2017, 2023), discutem as políticas de formação contínua docente. A metodologia contou com questionários online, entrevistas semiestruturadas, remotas e/ou presenciais, e visitas aos centros de formação de professores de ambos os países. Os resultados apontam que iniciativas de formação contínua nos contextos analisados está ainda muito relacionada com a oferta de cursos, seminários e palestras, em uma lógica escolar ou transmissiva, embora também se registrem formatos mais interativos, colaborativos e práticos, na perspectiva de uma “aprendizagem situada” (Flores, 2021), comprometida com as realidades do trabalho docente nas suas múltiplas dimensões.

O artigo “Os princípios da Educação do Campo na formação de professores da Matemática: uma análise dos aspectos legais”, com autoria tríplice de Arminda Rachel Botelho Mourão, Heloisa da Silva Borges e Patrícia Barros Teixeira, pertencentes à Universidade do Amazonas/Brasil, traz como objetivo analisar os princípios da Educação do Campo contemplados nos documentos oficiais da formação de professores da Matemática e da Educação do Campo, no âmbito federal e do município de Manaus (AM), no período de 1996 a 2019. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica no diálogo com os autores: Arroyo; Caldart e Molina (2011); Borges (2016); Dourado (2016); Ferreira e Mourão (2016); Gatti *et al.*, (2019); Marx (2013); Silva *et al.*, (2020) e na seguinte análise documental: LDB nº 9.394/1996; Decreto nº 7.352/2010; Documento do



Pronacampo/2013, Lei nº 13.005/2014; Resolução nº 02/2015; Resolução nº 02/2019; Lei nº 2000/2015; e Resolução nº 005/2016, com a utilização da Análise de Conteúdo. Concluiu-se com o reconhecimento da diversidade sociocultural dos povos do campo, caracterizado como um avanço na garantia do acesso às políticas públicas. Todavia, não estão contemplados todos os princípios da Educação do Campo.

O texto “Polifonia e a ressignificação do papel docente: diálogo transatlântico entre educadores do Brasil e Portugal” tem a autoria de Dhemy de Brito, da Universidade do Minho. O objetivo geral foi analisar a atuação de três professoras do Ensino Fundamental no Paraná, sul do Brasil, e duas educadoras do Primeiro Ciclo em Braga, no norte de Portugal, na busca de entender como as educadoras concebem os espaços de diálogo com as crianças em sala de aula, à luz dos conceitos de polifonia e do direito de voz. Com a metodologia de abordagem qualitativa, foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas, num estudo de casos múltiplos. Os resultados revelam que apesar das diferenças contextuais institucionais, as educadoras enfrentam desafios semelhantes na promoção de práticas pedagógicas que garantam a visibilidade das ideias e perspectivas das crianças. Conclui-se que a adoção de uma abordagem polifônica e a valorização das vozes infantis têm o potencial de transformar significativamente as práticas escolares, promovendo maior engajamento e criticidade entre as crianças, assim como um equilíbrio ético e democrático mais harmonioso entre vozes adultas e infantis.

“A identidade profissional do formador de professor de educação física no Brasil e em Portugal” tem a autoria de Deise de Jesus Soares Nunes, Amélia Lopes, Amélia Veiga e Rosangela Fritsch, que pertencem à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Portugal) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil). O artigo buscou caracterizar as identidades profissionais – individuais e coletivas – que inspiram uma educação equitativa e inclusiva, reconhecendo o sujeito e seu corpo como uma construção intercultural. Metodologicamente delineia-se como qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas a formadores de professores de dois cursos de formação inicial de educação física dos dois países. A interação do professor formador com os estudantes inspira a maneira de ser e estar dos discentes. Os resultados mostraram que avanços e retrocessos são compartilhados nos dois cursos pesquisados. Ademais, a identidade profissional individual se sobrepõe à coletiva, sendo a intencionalidade do docente ponto basilar para que os climas de formação inicial se construam a partir da perspectiva da educação física intercultural. Concluiu-se que culturas dominantes e dominadas precisam dialogar em ginásios e pátios escolares.



“A profissionalidade e a formação inicial docente no Brasil e na Finlândia” foi um artigo escrito por Marcio Yabe (Universidade Federal de Alagoas), Edna Cristina do Prado (Universidade Federal de São Carlos) e Ana Isabel da Câmara Dias Madeira (Universidade do Lisboa). Trata-se de pesquisa de Educação Comparada sobre a profissionalidade docente e a formação inicial de professores no Brasil e na Finlândia. Como delineamento a investigação tem abordagem qualitativa, coleta de dados bibliográficos, documentais e observações, *in loco*, na Finlândia, visando à identificação das convergências e divergências entre os elementos deste estudo comparativo. Os resultados alcançados são significativos. O exercício profissional no magistério dos países apresenta distanciamento em termos de valorização dos professores, o que reflete nas formações iniciais docentes. Enquanto no Brasil um professor da Educação Básica só entra em sala de aula depois de cumprir uma licenciatura com carga horária mínima de 3.200 horas, na Finlândia um docente só pode exercer sua profissão após cumprir créditos correspondentes à carga horária de 8.100 horas, entre um curso de bacharelado e outro de mestrado. Na conclusão observou-se considerável distinção tanto no desenvolvimento da profissionalidade quanto na formação inicial de professores nos dois países.

Com a denominação de “O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a valorização da docência em Física”, o artigo construído por Fernanda Ostermann, Matheus Monteiro Nascimento e Cláudio José de Holanda Cavalcanti, oriundos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil, apresentou o objetivo de analisar as metas 15 e 16, relacionadas à valorização dos profissionais da educação, com foco na formação de professores de Física. Trouxeram os aspectos centrais de ambas as metas, constatando que ainda estão longe de serem alcançadas. Explicitaram a necessidade de considerar a qualidade da formação e a formação inicial dos professores ao definir metas educacionais. Concluíram que o Plano Nacional de Educação é destacado como uma ferramenta vital para abordar essas questões, buscando articular o Sistema Nacional de Educação e definir metas e estratégias para melhorar o ensino em todos os níveis.

A autora Janete Magalhães Carvalho/UFES construiu o artigo “O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) e as políticas de currículo e formação de professores para a educação básica no Brasil”. Destaca o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) abarcava o período 2001-2014 e, uma década após, foi sancionado um novo PNE com validade para o decênio 2014-2024, prorrogado para 2025. O currículo e a formação de professores têm sido afirmados nas normativas legais com desenho marcado por listagens de objetivos de aprendizagem (habilidades e competências). A BNCC de 2017 e a BCN para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (2019) e BNC Formação Continuada (2020) – apresentam no Brasil, orientação para um currículo e formação de professores em consonância com



diretrizes das políticas internacionais, para produzir determinados tipos de subjetividades docentes que sejam úteis para a manutenção da lógica neoliberal que põe o problema da sociedade na melhoria do “capital humano”.

O artigo intitulado “Indissociabilidade entre extensão universitária e pesquisa: uma comunidade de aprendizagem analisada a partir de um exemplo prático” tem a autoria de João Luiz da Costa Barros, Ana Cristina Mota da Costa Cunha, Suelen Coelho Lima de Andrade e Lorhena Alves Pereira, todos inseridos na Universidade Federal do Amazonas, Manaus/Brasil. O texto situa e problematiza o desenvolvimento de professores(as) reflexivos(as) em atitudes voltadas à indissociabilidade entre a extensão universitária e a pesquisa, por meio de um exemplo prático em situações reais e vividas no espaço da práxis enquanto prática pensada e sentida no exercício do trabalho coletivo. Traz uma jornada em ciclos de palestras, cujas discussões ocorrem em comunidade de aprendizagem, constituída por pesquisadores(as) integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e suas Relações Interdisciplinares/GEPEFRI/CNPq. A investigação tem base em análise documental por meio do Relatório Unificado de Ação de Extensão Universitária do Programa de Apoio à Realização de Cursos e Eventos (PAREC), da Pró-reitoria de Extensão (PROEXT) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Trouxe os desafios colocados na diversidade da atividade investigativa enquanto atividade social em seus múltiplos objetos de estudo, articulando essa ação aos conceitos de comunidade de aprendizagem e identidade do(a) professor(a) no projeto extensionista reflexivo. Depreenderam que no processo interativo há evidências de elementos que apontam para a necessidade de socialização dos processos investigativos envolvendo a prática refletida e o desenvolvimento profissional docente, relacionado à continuidade da formação e ao trabalho de ser professor(a) e pesquisador(a).

Vanessa de Paula Cintra, Carla Cristina Pompeu, Rafael Peixoto e Rafael Rodrigo Ottoboni, todos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), escreveram o texto “Mostra de Matemática como espaço formativo: PET Matemática como política de fortalecimento das Licenciaturas”, no qual analisaram os aspectos relacionados à formação inicial de estudantes do curso de Licenciatura em Matemática que participaram da construção, organização e execução de uma mostra de matemática, a partir do Programa de Educação Tutorial (PET). Para tanto, analisaram como uma equipe de docentes do ensino superior e futuros professores de matemática de uma universidade pública de Minas Gerais desenvolveram uma mostra itinerante de matemática, voltada ao ensino de matemática, com olhar atento à diversidade. A metodologia usada consistiu na pesquisa qualitativa, com dados coletados por meio de questionários respondidos pelos



futuros professores participantes do projeto. Na análise trouxeram a mostra de matemática como espaço formativo e discutimos sobre o processo de elaboração e execução das atividades nas escolas. Por fim, o texto trouxe diferentes perspectivas de como uma ação entre universidade e escola, consideradas espaço de fortalecimento das Licenciaturas, pode influenciar a formação docente.

No texto “Desenvolvimento Profissional Docente e Educação Médica no Brasil: acepções, contradições e reverberações do Processo de Bolonha, de autoria de Patrícia de Sousa Oliveira, da Universidade Federal de Catalão e Vanessa T. Bueno Campos, da Vanessa T. Bueno Campos, as autoras tem como objetivo ampliar a discussão sobre as acepções, contradições e reverberações do processo de Bolonha (PB) na educação médica brasileira, especialmente quanto aos aspectos didático-pedagógicos que influenciam a atividade docente no processo de ensino-aprendizagem, e sua relação com o desenvolvimento profissional docente. Instituído para atender as necessidades de modernização da educação superior europeia, o PB se alinha aos interesses do capital e da ideologia neoliberal, investindo na concepção de formação profissional para competências, orientadas para as demandas do mercado de trabalho. Esse modelo de educação tem esvaziado as dimensões sociais, culturais, valorativas e políticas relativas à formação e ao ensino. Apesar disso, tem ascendido um novo paradigma de ensino-aprendizagem e de docência universitária, ancorados em formas mais ativas de construção do conhecimento. Para atender às novas exigências, torna-se imprescindível a promoção da aprendizagem da docência em espaços institucionais genuínos de desenvolvimento profissional docente.